

## **A ORIGEM DA FUNPRESP-JUD**

### **1. INTRODUÇÃO:**

Segundo Lao-Tsé, “grandes realizações são possíveis quando se dá atenção aos pequenos começos”. De tão apropriada, a frase poderia ter sido cunhada para se referir ao nascimento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud. Se é verdade que o caminho até agora percorrido foi recheado de obstáculos e dificuldades diversas, é igualmente inegável que o enorme potencial de sucesso da Fundação está diretamente relacionado ao seu começo, à forma como o Poder Judiciário optou por organizar sua Fundação de Previdência Complementar.

Em decisão capaz de se tornar um marco na administração previdenciária brasileira, o Conselho Deliberativo da Funpresp-Jud resolveu recrutar sua Diretoria Executiva por meio de processo seletivo, conduzido por empresa especializada e pautado por critérios impessoais baseados principalmente no mérito dos candidatos. O Diretor de Administração foi o primeiro a ser selecionado, passando a atuar como Diretor-Presidente em exercício até a conclusão do processo seletivo para escolha dos demais diretores. Empossada em janeiro de 2014, a Diretoria Executiva – composta por uma Diretora-Presidente, um Diretor de Administração, uma Diretora de Segurança e um Diretor de Investimentos – deu seguimento à diretriz que lhe originou, realizando processos seletivos igualmente rigorosos para o recrutamento de todos os demais empregados que compõem a estrutura da Fundação, até a realização do concurso público para o quadro permanente.

Os benefícios de tão promissora largada vão muito além da necessária transparência de procedimentos e decisões em um ramo extremamente dependente da confiança dos diversos agentes. O profissionalismo de uma equipe recrutada por mecanismos baseados no mérito dá credibilidade à gestão, para que os recursos humanos, financeiros e materiais administrados pela Funpresp-Jud sejam suficientes para o alcance dos objetivos finais de proporcionar a segurança previdenciária a seus participantes.

### **2. PRIMEIROS PASSOS:**

## 2.1. Marco legal

Os recorrentes déficits da previdência social deram origem às primeiras discussões sobre a previdência complementar e proporcionaram o advento da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Esta mudança da Lei Maior, além de estabelecer as diretrizes básicas para o tema, possibilitando regulamentação inédita por meio das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001, previu a instituição do novo regime previdenciário para os servidores públicos, que passou do sistema de repartição simples para o regime financeiro de capitalização, na modalidade de contribuição definida.

Promulgada a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, três proposições legislativas já se encontravam em tramitação, destinadas a regulamentar os novos princípios constitucionais, das quais duas originaram as citadas Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001, enquanto a terceira, que tratava da previdência complementar para os servidores públicos, só voltou à pauta mais tarde, por meio do Projeto de Lei nº 1992/2007. Amplamente debatido pelas entidades representativas dos servidores públicos federais, este projeto culminou na edição da Lei nº 12.618, de 2012, que finalmente possibilitou a criação de uma ou mais entidades fechadas de previdência complementar.

Na falta de uma previsão legal específica, a primeira definição que se fazia necessária consistia na abrangência a ser dada em cada caso. Em outras palavras, era preciso decidir se seria criado um único fundo de pensão para toda a administração pública federal ou se seria respeitado o princípio de independência constitucional. Os Poderes Judiciário e Executivo optaram pela criação de suas próprias entidades, enquanto o Poder Legislativo vinculou-se, durante a fase inicial de implantação da política, ao fundo de pensão criado pelo Executivo.

No âmbito do Poder Judiciário, foi a Resolução STF nº 496, de 25 de outubro de 2012, que deu origem à nova política de previdência complementar. Pouco depois, o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público também aderiram à Funpresp-Jud. O movimento, capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal e MPU, resultou em um único plano de benefícios integrado por nada menos de 98 patrocinadores, numa prova eloquente da aceitação do novo regime.

## 2.2. Procedimentos iniciais

Os desafios colocados diante da Fundação em seus primeiros dias eram tão numerosos quanto complexos. A familiarização dos membros da equipe original com uma realidade técnica de extrema sensibilidade pública que, do modo mais literal, simplesmente não existia antes, constitui um processo contínuo de aperfeiçoamento já incorporado ao cotidiano da Fundação, mesmo porque é preciso planejar também para a eventualidade nada infrequente da saída de alguns dos profissionais, contratados ou transferidos para outras instituições. De qualquer maneira, os primeiros meses de atuação institucional são evidentemente os mais críticos no que se refere à adaptação do pessoal contratado. Entre as providências adotadas, pode-se citar, por exemplo, a certificação digital dos empregados da Funpresp-Jud, promovida pela Diretoria de Administração, preparando o caminho para a gestão eletrônica de documentos, prática que possibilitará a produção e gestão de documentos com a utilização de métodos modernos e otimização de custos.

Outra prioridade inadiável deveria ser o início mais rápido possível do processo de divulgação da Fundação, objetivo incorporado à sua rotina normal de funcionamento. Nesse particular, além de tornar a instituição conhecida de seu público-alvo, é indispensável divulgar amplamente o plano de benefícios oferecido, as mudanças constitucionais e legais em vigor e as próprias pessoas encarregadas da administração.

O primeiro grande evento de divulgação da previdência complementar no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público ocorreu em maio de 2014, ocasião em que foi realizada a primeira palestra sobre previdência complementar dos servidores públicos federais para as áreas de gestão de pessoas dos patrocinadores do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud. O sucesso dessa primeira empreitada foi garantido pela participação de mais de duzentos membros e servidores públicos, representantes de 59 patrocinadores.

Não se pode esquecer a necessidade de estruturar a logística de funcionamento da instituição, que inclui não apenas a definição de um espaço físico com os recursos materiais indispensáveis, mas sobretudo a busca por ferramentas eletrônicas gerenciais suficientemente adaptadas ao contexto previdenciário, de modo a permitir o acompanhamento integral das contribuições de participantes e patrocinadores; dos investimentos realizados com os recursos

disponíveis; bem como dos encargos eventualmente incorridos. Quanto a este aspecto, a Fundação contou com a colaboração do Banco do Brasil por meio de acordo, para o uso de seu sistema próprio de previdência, mas as peculiaridades do plano de benefícios administrado pela Funpresp-Jud certamente obrigarão no futuro próximo à escolha de uma ferramenta exclusiva. Já o problema do espaço físico foi provisoriamente resolvido com apoio da Caixa Econômica Federal, com quem a Funpresp-Jud firmou contrato de comodato para a instalação de sua sede, com significativa economia de recursos, até que seja possível adotar uma solução definitiva. Essas duas instituições financeiras federais relevam-se parceiros importantes ao longo do processo de gênese da nova realidade, não apenas como intermediadores da política de investimentos da Fundação, como também entidades comprometidas com o sucesso do empreendimento.

### **2.3. Obsessão pela transparência**

Tendo em vista o caráter voluntário da previdência complementar e o alto volume de recursos envolvido dentro do horizonte de capitalização, a decisão individual de aderir ao plano depende do amplo conhecimento das circunstâncias envolvidas, um contexto em que a transparência absoluta deve ser o maior imperativo. Trata-se, sem dúvida, de uma questão de sobrevivência. Para suprir suas necessidades de abertura, a Fundação recebeu dos patrocinadores um aporte inicial de recursos, a título de adiantamento de contribuições, mas somente as contribuições regulares poderão garantir o sucesso da nova política. A conquista de novos participantes guarda relação direta com a confiança que o público deposita na capacidade técnica e financeira da Fundação. Felizmente, estes aspectos estão muito bem encaminhados.

A presença da Fundação na internet está, é claro, garantida por meio do seu website, desenvolvido com o objetivo específico de colocar o máximo de informações em uma programação visual fácil de entender e acessar. Utilizando uma linguagem dinâmica, esse veículo de informação coloca à disposição do público um simulador de adesão, que proporciona ao usuário a possibilidade de testar todas as circunstâncias desejadas do seu plano; o Manual do Patrocinador, que pretende esclarecer e orientar as áreas de pessoal e pagamento em relação aos procedimentos adotados para a inscrição de novos participantes; a Cartilha do Plano de Benefícios, com as informações relevantes para o potencial participante tomar uma decisão consciente, documento que é complementado por uma seção dedicada às perguntas mais

frequentes sobre o assunto; os dados institucionais, que envolvem a identificação dos administradores; bem como o mapa estratégico da Fundação, o acervo de normas legais, regulamentos e publicações. Por fim, estão também presentes os previsíveis links para notícias, eventos e contatos. Apesar do vasto conteúdo já publicado e em constante atualização, o website da Funpresp-Jud ainda receberá outras funcionalidades, como a área restrita do participante, destinada a dar acesso ao seu extrato online, às atas de reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e demais informações relevantes. Em constante evolução, o website ainda receberá novos recursos que eventualmente se tornarem necessários em decorrência das demandas dos participantes e patrocinadores.

### **3. PLANEJAMENTO:**

Com a participação ativa dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, bem como de todos os colaboradores da Funpresp-Jud, o primeiro esforço de planejamento estratégico da Fundação surgiu com o apoio do Ministério Público da União e compreendeu três grandes blocos de atividades: entrevistas com os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como de lideranças táticas; identificação dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e das ameaças; definição da missão, visão e valores da Fundação e elaboração de seus objetivos estratégicos.

### **4. DEPOIMENTOS:**

Os depoimentos colhidos de várias autoridades e conselheiros da Fundação é o testemunho mais cabal do profundo interesse despertado pela nova política previdenciária, bem como do apoio que ela certamente receberá em todas as instâncias decisórias. Por esse motivo, algumas das declarações merecem destaque:

*“A indicação dos Conselho Deliberativo e Fiscal era prerrogativa do Presidente do STF, que tomou a decisão de compartilhar as indicações dos membros dos Conselhos com os Presidentes dos Tribunais, envolvendo todos os patrocinadores na criação da Funpresp-Jud.”*

Wellington Geraldo Silva – 1º Presidente do Conselho Deliberativo

*“O apoio dos patrocinadores e da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC foram fundamentais para a criação da Funpresp-Jud. A boa vontade de órgãos como a Receita Federal e a colaboração dos bancos oficiais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal também. O apoio da Funpresp-Exe e da Funcef foram muito importantes.”*

Amarildo Vieira de Oliveira – atual Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal e 1º  
Diretor de Administração da Funpresp-Jud

*“Vejo a Funpresp-Jud daqui a alguns anos como um dos maiores e mais respeitados fundos de pensão do Brasil, em razão do valor e a natureza de suas instituições, dentro de uma gestão responsável e técnica para avançar a passos largos em seus resultados.”*

Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto – Secretário-Geral do Ministério Público Federal e membro do Conselho Deliberativo

*“Creio que na etapa do grupo de estudo, o maior desafio foi a elaboração dos principais documentos como a minuta do Regimento Interno e a Elaboração do Plano de Benefícios. Como sabemos, a legislação e a temática inerentes à previdência complementar eram novas para a maioria dos participantes do grupo. Vencida essa etapa e com a indicação dos representantes dos segmentos da justiça (federal, trabalhista, etc.), a tarefa era criar e fundar a Funpresp-Jud. Estávamos diante de nossa maior tarefa... Outro grande desafio da Fundação foi manter intactas as convicções dos membros do Conselho Deliberativo que resultaram na criação da Funpresp-Jud sem qualquer interferência política.”*

João Carmelino dos Santos Filho – representante da Justiça do Trabalho e Presidente Substituto do Conselho Deliberativo

*“A união dos Grupos de Trabalho do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público trouxe a troca de experiências e a discussão sobre o tema de previdência complementar para a criação das Fundações. Apesar da dificuldade de entender o novo regime, a própria criação da Funpresp-Jud, dentro do prazo legal, após um trabalho intenso e constante de pelo menos seis meses, foi uma vitória.”*

Cícera Fernanda de Araújo Magalhães – representante do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Fiscal

*“O Conselho Deliberativo optou por não contratar diretamente os Diretores, mas sim fazer um processo seletivo impessoal, com publicação de editais e realização de fases de escolha, com análise de currículos, entrevistas com psicólogos e assistentes sociais e, por fim, entrevistas com o próprio Conselho. Isso foi bastante relevante para manter a transparência e fazer a melhor escolha. O Conselho realizou muitas atividades que seriam da Diretoria, pois o prazo legal estava correndo. Após a escolha da Diretoria, as coisas avançaram rapidamente, e no caminho certo.”*

Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona – Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e membro do Conselho Deliberativo

*“A criação da Fundação foi um sonho realizado, sinto-me honrado em ter participado do início e espero ver como ela estará daqui a alguns anos. Tem tudo para ser um sucesso, com uma gestão excelente!”*

Edmilson Enedino das Chagas – representante do Ministério Público da União e membro do Conselho Deliberativo

*“Tendo em vista que a dedicação dos Conselheiros não era exclusiva à Funpresp-Jud e enquanto não tínhamos uma estrutura mínima operando (Diretoria Executiva), a maior dificuldade foi conciliar as responsabilidades da Fundação com as atribuições dos cargos que cada Conselheiro exercia no seu órgão de origem. O nosso maior desafio foi o tempo.”*

*O prazo estabelecido para que a Fundação estivesse em funcionamento com tantas limitações de recursos demonstrou a grande capacidade do grupo de fazer o máximo com o mínimo de recursos.”*

Leonardo Peixoto Melo – representante do Superior Tribunal de Justiça e membro do Conselho Deliberativo

*“A Fundação vai passar pela necessidade de enfrentar um desafio grande de conquistar a credibilidade junto aos participantes. Vencido isso, ela tende a ser uma entidade de peso no cenário de previdência complementar, será uma das maiores no longo prazo. Foi muito gratificante ter participado da grande mudança no cenário da aposentadoria do servidor público brasileiro.”*

Rui Moreira de Oliveira – Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça e membro do Conselho Deliberativo

*“O grande desafio da Funpresp-Jud em particular, e dos fundos de pensão em geral, se refere ao reduzido conhecimento de finanças e de educação previdenciária dos participantes e potenciais participantes. Nesse sentido, é necessário prover informações suficientes para que o público-alvo possa fazer as melhores escolhas possíveis no que se refere aos seus investimentos e a sua aposentadoria.”*

Ronnie Gonzaga Tavares – Diretor de Investimentos da Funpresp-Jud

*“A partir da criação do novo regime de previdência complementar do servidor público federal, as aposentadorias e pensões dos servidores estão limitadas ao teto das aposentadorias e pensões pagas pelo RGPS - Regime Geral de Previdência Social, atualmente fixado em R\$4.390,24.*

*Logo, o maior desafio é fazer compreender que a partir desse marco o servidor, para garantir a sua aposentadoria além do teto do RGPS, terá de contribuir com até 8,5% da parcela de sua remuneração.”*

Maria Ester Vêras Nascimento – Diretora de Seguridade da Funpresp-Jud

*“A maior dificuldade foi o desconhecimento inicial da rotina previdenciária por parte da equipe, além da ausência de definições sobre espaço físico e sistema previdenciário. Todos tivemos que assumir todas as tarefas, criar rotinas, criar controles, sempre compartilhando as obrigações e responsabilidades, o que foi bem tranquilo, pois a equipe era bem unida. Iniciar os entendimentos com as patrocinadoras também foi um grande desafio.”*

Marcus Vinícius Tinoco Gonçalves Quintella Ribeiro - Coordenador de Tecnologia e Informação da Funpresp-Jud

*“O mais relevante na minha opinião foi poder contar com o comprometimento da equipe e participar da construção da história da Fundação.”*

Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes - Coordenadora de Administração e Finanças da Funpresp-Jud

## 5. CONCLUSÃO:

Os fundos de previdência complementar têm longo histórico de atuação no Brasil e no mundo. Sem dúvida alguma, a experiência acumulada será útil, enquanto se inaugura uma nova fase no serviço público federal. Há, é claro, muito a ser feito e principalmente enormes obstáculos a serem transpostos. Mas um fato permanece claro: o começo do processo não poderia ter sido melhor.

A gestão da Funpresp-Jud é um projeto grandioso, que exigirá muito trabalho, dedicação e perseverança. A Diretoria Executiva expressa seu entusiasmo em empreender esse desafio, ciente da responsabilidade e dos desafios que ainda estão por vir na construção dessa história.

Elaine de Oliveira Castro  
Diretora-Presidente

